

Ana Cristina M. Lopes  
Faculdade de Letras  
Universidade de Coimbra

### **Fronteiras entre Semântica e Pragmática: algumas reflexões**

1. Não é de todo fácil delimitar com rigor e de forma consensual as áreas de investigação linguística algo movediças que os termos *Semântica* e *Pragmática* recobrem. O trabalho que aqui se apresenta pretende ser apenas um contributo para uma discussão sobre essa problemática delimitação de fronteiras, no quadro de uma reflexão teórica mais alargada sobre a significação e os processos envolvidos na interpretação do discurso. Sem conclusões prematuras, este trabalho inscreve-se, pois, numa linha de questionamento aberto, tributária de uma concepção de saber como processo de indagação permanente.

Numa aproximação preliminar, diremos que a significação, ponto de partida e ponto de chegada de toda a actividade linguística, mobiliza a pesquisa nas duas áreas referidas, sendo, no entanto, distinta a circunscrição conceptual dos domínios de significação contemplados.<sup>1</sup> Com efeito, a Semântica constrói como objecto de conhecimento o significado constante das expressões linguísticas, cuja apreensão apenas activa a competência linguística dos falantes de uma comunidade. Assim, é à Semântica que compete descrever e formalizar o conhecimento (intuitivo) que os falantes de uma língua têm acerca do significado explícito e convencional das expressões dessa língua, bem como das relações de significado que sustentam entre si, nos planos lexical e frásico (ou proposicional). Por outro lado, a Semântica procura ainda captar um outro aspecto

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Sobre esta questão, vejam-se, entre outros, Gazdar (1979), Kempson (1975), (1977), Leech (1983), Levinson (1983), Sperber & Wilson (1986), Davis (ed.) (1991), Fonseca (1994), Lappin (ed.) (1996).

relevante da construção do significado, que envolve a explicitação das regras combinatórias que presidem à boa formação semântica de expressões complexas (sintagmas e frases); só é interpretável uma estrutura semanticamente bem formada, sendo que essa boa formação é assegurada pelos recursos léxico-gramaticais do sistema linguístico. Perfila-se, desde já, uma opção decisiva, do ponto de vista epistemológico: o significado que uma teoria semântica se propõe modelizar é o significado invariante das expressões linguísticas, considerado independentemente das situações em que a expressão é utilizada, das intenções e/ou objectivos comunicativos do falante. Como afirma Leech, "meaning in semantics is defined purely as a property of expressions in a given language, in abstraction from particular situations, speakers, or hearers"(1983:6).

É necessário sublinhar que esta perspectivação radica numa teoria do significado particular, que privilegia a metafunção ideacional, informativa ou referencial da linguagem verbal, entendida como sistema semiótico que permite representar entidades e situações do mundo<sup>2</sup>. Nesta óptica, as estruturas semânticas codificam informação sobre o mundo, com base em convenções sígnicas de carácter intersubjectivo. Segundo Chierchia e McConnell-Ginet, "informational signifiante is a matter of aboutness, of connections between language and the world(s) we talk about" (1990: 11). Assim, o significado de um item lexical é entendido como conjunto de traços semânticos inerentes, propriedades do plano linguístico que correspondem a propriedades relevantes das entidades do mundo que o item lexical representa. Os itens lexicais combinam-se e dão origem a estruturas que, do ponto de vista semântico, configuram proposições; as proposições representam situações ou estados de coisas do mundo e basicamente expressam a atribuição de uma propriedade a uma (ou mais) entidades ou o estabelecimento de uma relação entre entidades. A interpretação das expressões linguísticas, inteiramente determinada pelo nosso conhecimento da língua, constitui o domínio em que opera a Semântica.

As teorias semânticas que privilegiam a dimensão informativa da significação são habitualmente chamadas teorias referenciais; um tipo particular de teoria referencial é a semântica verocondicional, que faz corresponder o significado das frases ao conhecimento das suas condições

---

<sup>2</sup> O termo 'ideacional' aparece em Halliday (1970), no quadro de uma reflexão sobre as metafunções da linguagem verbal.

de verdade, ou seja, à forma que o mundo teria de assumir para que a frase pudesse ser verdadeira. Neste quadro, a semântica das línguas naturais é modelizada em termos de um sistema formal, ancorado no princípio fregeano da composicionalidade, segundo o qual o significado de uma expressão complexa é função do significado dos seus constituintes e do modo como se encontram sintacticamente estruturados.<sup>3</sup>

Já no âmbito da Pragmática, uma língua natural é preferencialmente concebida, no quadro de uma teoria da acção, como um instrumento de interacção social, o que implica a valorização das metafunções interpessoal e textual da linguagem verbal<sup>4</sup>. Consequentemente, a significação que a Pragmática focaliza como objecto preferencial de análise é aquela que se constrói no e pelo discurso, prática social que envolve um contexto situacional, actores dotados de intencionalidade e de capacidades inferenciais, universos de conhecimentos e crenças compartilhados ou em dissimetria, princípios reguladores da própria interacção verbal. Essa significação incorpora necessariamente uma dimensão accional ou ilocutória, já que a compreensão de um discurso pressupõe a apreensão do que o falante faz ao dizer algo, ou seja, o reconhecimento do acto discursivo intencionado pelo falante. Assim, uma investigação de índole pragmática acentuará sempre as relações entre linguagem e contexto (de produção e recepção dos discursos), evidenciando o grau de sub-determinação e a incompletude referencial e comunicativa do significado computado exclusivamente a partir da competência léxico-gramatical dos falantes.

Em síntese, poderíamos dizer, nesta primeira aproximação, que a divisão de trabalho entre Semântica e Pragmática radica na assunção de que há um nível autónomo de descrição linguística - o nível do significado dos itens lexicais e das frases/proposições entendidas como objectos abstractos não contextualizados -, distinto do estudo dos aspectos da significação cujo processamento convoca parâmetros contextuais que transcendem a gramática da língua. Por outras

---

<sup>3</sup> O paradigma semântico que privilegiamos neste trabalho poderia ser contestado por semanticistas que trabalham noutros quadros teóricos, nomeadamente, no quadro da Linguística cognitiva. No entanto, o nosso próprio percurso de investigação e o reconhecimento de que o trabalho desenvolvido no âmbito da semântica referencial tem contribuído de forma consistente para um tratamento rigoroso de fenómenos linguísticos ligados a questões de referência nominal e temporal levam-nos a centrar a reflexão em tomo deste paradigma.

<sup>4</sup> Retomamos a terminologia de Halliday (1970).

palavras, o domínio da Semântica seria o estudo do significado dos lexemas e das frases, e o domínio da Pragmática seria o estudo da significação do enunciado/discurso. É recorrente na linguística contemporânea a oposição conceptual "significado da frase" *v s.* "significado do enunciado" ("sentence-meaning" vs. "utterance-meaning"), sendo a frase, repetimo-lo, uma unidade abstracta definida no quadro de uma teoria da gramática e o enunciado o produto resultante da enunciação da frase (ou de um fragmento de frase) num dado contexto interaccional. No entanto, esta delimitação estrita (e estreita) de fronteiras é, porventura, demasiado redutora e enfrenta diversos escolhos. Nos parágrafos que se seguem, proponho-me aflorar alguns aspectos da significação que tomam não linear a 'divisão de trabalho' entre Semântica e Pragmática: deixis e anáfora, inferências e actos ilocutórios.

2. Em primeiro lugar, não é difícil constatar que há expressões linguísticas cuja interpretação é clara e directamente determinada pelo contexto enunciativo. Refiro-me, naturalmente, às expressões deícticas ou indexicais, que codificam/gramaticalizam coordenadas da situação enunciativa e localizam entidades a partir dessas mesmas coordenadas. Como afirma Levinson, "the single most obvious way in which the relationship between language and context is reflected in the structure of languages themselves, is through the phenomenon of deixis (...) Essentially, deixis concerns the ways in which language encode or grammaticalize features of the context of utterance or speech event, and thus also concerns ways in which the interpretation of utterances depends on the analysis of that context of utterance" (1983:54). Note-se que o funcionamento semântico destas expressões deícticas é substancialmente distinto do dos itens lexicais de conteúdo descritivo-representativo. Com efeito, os deícticos contêm apenas uma instrução sobre o modo como deve ser seleccionada a entidade por eles designada num determinado contexto enunciativo<sup>5</sup>. Assim sendo, funcionam como variáveis que só o contexto situacional permite preencher.

O valor destas expressões contribui decisivamente para a construção do significado verocondicional das frases em que ocorrem; no entanto, esse valor não pode ser computado de

---

<sup>5</sup> Não vamos discutir aqui a diferença substancial entre, por exemplo, os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas, que fixam de forma directa e transparente o seu valor referencial, e um qualquer demonstrativo, cuja dependência contextual é mais complexa. Apenas nos interessa sublinhar que a interpretação dos deícticos é sempre contextualmente dependente.

forma autónoma, num módulo 'informacionalmente encapsulado'<sup>6</sup> : porque apontam para coordenadas situacionais, a sua interpretação convoca necessariamente dados contextuais, que aliás só podem ser processados por um sistema de *input* perceptivo. Poderíamos então dizer que um deíctico especifica o elemento contextual/situacional que deve ser tomado em consideração para que a interpretação da frase seja cabalmente determinada.<sup>7</sup>

Parece, pois, que a especificidade do funcionamento semântico dos deícticos põe em causa a suposta autonomia contextuai da Semântica. Por outro lado, dado que as instruções que convencionalmente codificam permitem computar um valor referencial, estas expressões não podem ser excluídas do domínio descritivo que a Semântica se propõe modelizar. Assim, a deixis (pessoal, espacial e temporal) questiona uma demarcação rígida entre Semântica e Pragmática, evidenciando o papel fulcral do contexto (situacional) no processo da construção de conteúdos preposicionais completos ou saturados.<sup>8</sup>

Por outro lado, verifica-se uma espécie de contínuum entre o domínio da deixis e o da anáfora.<sup>9</sup> Tanto a deixis como a anáfora envolvem questões de referência: uma expressão é deíctica quando o cálculo do seu valor referencial faz intervir, como vimos, o contexto de enunciação da sua

---

<sup>6</sup> Utilizamos analogicamente a conhecida expressão de Fodor (1983), que, na sua abordagem da mente, defende a existência faculdades mentais que funcionam em termos de módulos cognitivos, que, para além (fê serem inatos e especializados ("domain-specific"), são ainda computacionalmente autónomos e informacionalmente encapsulados, ou seja, não têm acesso a informação exterior, mesmo que essa informação esteja mentalmente representada e seja acessível aos sistemas cognitivos centrais.

<sup>7</sup> Referimo-nos apenas à deixis pessoal, temporal e espacial. No entanto, na perspectiva de alguns autores (Lyons (1977), Levinson (1983)), a deixis não se restringe a estas categorias; daí a utilização da expressão 'deixis social', que abarca a codificação linguística da identidade social dos interlocutores e das relações sociais (horizontais ou verticais, de proximidade ou distância) que mantêm entre si. Nas línguas naturais, a deixis social manifesta-se paradigmaticamente nas formas de tratamento. Esta dimensão social da significação fica fora do escopo de uma análise semântica verocondicional, uma vez que em nada afecta as condições de verdade da frase. A deixis social é uma área de investigação que tem vindo a ser partilhada pela Pragmática e pela Sociolinguística interaccional.

<sup>8</sup> Há soluções, no âmbito da Semântica verocondicional, para a questão da deixis. Veja-se, por exemplo, Lewis (1972), que define a intensão de uma frase como uma função de índices para valores de verdade, sendo os índices assimilados a coordenadas 'contextuais' (locutor, interlocutor, tempo e lugar da enunciação). Assim, uma frase pode expressar diferentes proposições em diferentes situações de uso. As expressões deícticas são variáveis para parâmetros pragmáticos que só o contexto situacional permite preencher. Como se pode verificar, basta alargar o número de parâmetros em relação aos quais se define o valor de verdade de uma frase, incorporando no modelo as coordenadas contextuais, para se resolver a questão da denotação dos deícticos no quadro da semântica verocondicional.

<sup>9</sup> Sobre a anáfora, vejam-se, entre outros, Lyons (1977), Reinhart (1983), Partee (1984), Kleiber e Tyvaert (1990), Fiengo e May (1996) e bibliografia aí incluída. A leitura da bibliografia disponível mostra que também neste domínio não há definições consensuais do fenómeno. No quadro teórico gerativista, o termo anáfora é normalmente usado para designar expressões nominais (nomeadamente pronomes reflexos e recíprocos) que são c-comandadas por um antecedente (a relação de c-comando verifica-se entre dois constituintes distintos, a e P, sendo que a não domina P e o primeiro nó ramificante que domina a domina igualmente p) e esse antecedente está necessariamente co-indexado com a expressão relevante, num dado domínio sintáctico local, o que traduz uma relação de dependência referencial. A nossa concepção de anáfora é mais ampla, já que engloba também o domínio do discurso.

própria ocorrência; uma expressão é anafórica quando a sua interpretação depende do valor referencial de uma outra expressão presente no contexto discursivo, e normalmente designada pelo termo 'antecedente'.<sup>10</sup> Assim, um termo anafórico é um termo referencialmente não autónomo; juntamente com o antecedente, forma uma cadeia de referência cujo domínio pode ser a frase (simples ou complexa) ou o discurso. Neste sentido, o domínio da anáfora é amplo: engloba as anáforas pronominais, os SNs definidos que retomam referentes discursivos normalmente introduzidos por SNs indefinidos, as anáforas temporais, e ainda as anáforas associativas (também designadas pela expressão "bridging cross-reference").<sup>11</sup> Neste momento, interessa-nos evidenciar que alguns itens linguísticos que podem funcionar como puros indexicais podem também ser usados anaforicamente: o exemplo prototípico é o dos pronomes demonstrativos. Neste caso, parece plausível afirmar que a anáfora é a contrapartida textual da deixis, na medida em que se transpõe para o espaço textual/discursivo o modo de funcionamento mostrativo característico da deixis. O discurso funciona como elemento contextual crucial na afectação de valores referenciais aos demonstrativos anafóricos, que apenas comportam uma instrução de vizinhança num espaço topológico. Deste modo, tanto as expressões deícticas como as anafóricas são referencialmente

---

<sup>10</sup> Adoptamos aqui basicamente a definição de Levinson: "Anaphora is the phenomenon whereby one linguistic element, lacking clear independent reference, can pick up reference through connection with another linguistic element" (1987:379). É idêntica a definição adoptada por Kleiber (1990).

<sup>11</sup> Sem qualquer pretensão de delimitar a especificidade de cada um destes sub-tipos de anáforas no quadro deste artigo, darei apenas um exemplo para cada caso, de modo a clarificar a metalinguagem através de dados empíricos:

(i) O João apanhou uma pneumonia. Ele não tem cuidado nenhum com a saúde.

Neste exemplo, verifica-se uma relação de co-referência entre o pronome pessoal 'ele' e o SN antecedente ('OJoão'). Sem a consideração do contexto discursivo, o pronome não teria um valor referencial preciso, apenas veicularia uma instrução no sentido de se procurar informação contextual acessível e saliente susceptível de saturar semanticamente. Dado que o pronome comporta os traços inerentes [+singular] e [+masculino], o antecedente terá que os verificar igualmente: esta é a única restrição semântica imposta pelo pronome.

(ii) Entrou um homem no café. O homem trazia um chapéu preto de abas largas.

Tal como no exemplo anterior, é a representação do conteúdo semântico da primeira frase que vai funcionar como contexto de interpretação da segunda; assim, o referente discursivo não identificado introduzido pelo SN indefinido passa a integrar o domínio (parcial) do discurso e pode ser retomado pelo SN definido, sendo novamente estabelecida uma relação de co-referência. Note-se que, contrariamente ao pronome, o SN definido comporta um conteúdo descritivo; o estabelecimento da cadeia anafórica é legitimado por esse conteúdo e pelo valor de unicidade do artigo, relativizado a um contexto específico de enunciação.

(iii) O Pedro nasceu em 1939. Vivia-se então o início da guerra.

Este exemplo ilustra um caso de anáfora temporal: o adverbial 'então' retoma anaforicamente o intervalo de tempo identificado pelo adverbial temporal referencialmente autónomo 'em 1939'.

(iv) Chegámos à aldeia. A igreja estava fechada.

A anáfora associativa aqui exemplificada é um caso particular de dependência referencial: de facto, também neste exemplo a frase inicial constrói o domínio de interpretação que legitima o uso da descrição definida 'a igreja' na frase subsequente (a igreja referida é, naturalmente, a igreja da aldeia); no entanto, o referente discursivo que o primeiro SN introduz não é retomado pelo segundo; o estabelecimento de um nexo de conectividade/de uma ponte entre os valores referenciais dos dois SN envolve a activação de uma assunção partilhada pelos interlocutores, que integra o conhecimento de *common ground* sobre o mundo (neste caso, a assunção de que uma aldeia tem uma, e uma só, igreja).

dependentes: as primeiras, dependem directamente das coordenadas enunciativas, as segundas, dependem de antecedentes discursivos. No plano interpretativo, ambas são dependentes do contexto: situacional, no primeiro caso, textual/discursivo, no segundo.<sup>12</sup>

Então, parece plausível concluir que tanto nas frases em que ocorre uma expressão deíctica como naquelas em que ocorre uma expressão anafórica, o significado linguístico é subdeterminado, comporta variáveis que o interlocutor terá de preencher a fim de reconstituir a proposição comunicada pelo falante. A subdeterminação a que nos referimos é contextualmente saturável, sendo que as expressões deícticas e anafóricas "programam" o processo interpretativo no sentido de um "enriquecimento" do significado linguístico, enriquecimento esse que implica a especificação de valores referenciais. Por outras palavras, a representação do conteúdo linguisticamente codificado constitui a base (parcial) para a interpretação; mas só a construção de uma representação proposicional completa permite a explicitação do conteúdo verocondicional do enunciado. Como afirma Levinson, "sentences in the abstract do not in general express definite propositions at all; it is only utterances of them in specific contexts that express specific states of affairs (...)" (1983:59).<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> A dicotomia conceptual que acabámos de referir nem sempre se oferece com a nitidez atrás evidenciada; de facto, há usos não estritamente deícticos de expressões que tradicionalmente se enquadram na categoria da deixis. Vejam-se os seguintes exemplos:

(i) Ele está sempre a dizer que *amanha* vai ao médico.

(ii) *Aqui* vai ser construído o mercado (enunciado acompanhado por um gesto que indica uma determinada área num mapa).

Em (i), *amanhã* não designa o dia imediatamente subsequente àquele em que o locutor fala, antes refere, por extensão semântica, um tempo futuro próximo. Neste caso, a ocorrência do adverbial de frequência *sempre* parece responsável pelo bloqueio da interpretação deíctica; em (ii), *aqui* não refere manifestamente o espaço ocupado pelo locutor, mas um espaço circunscrito pelo dedo do locutor. Aliás, já Lyons (1977) e Fillmore (1975) tinham observado que pode haver usos "derivados" de expressões deícticas, resultantes de "transposições" (*shifts*) das coordenadas enunciativas cuja explicação envolve o recurso à noção de alteração de perspectiva ou ponto de vista.

Por outro lado, para além dos demonstrativos, encontramos outras expressões linguísticas bivalentes, que podem ser usadas deíctica ou anafóricamente. Veja-se (iii):

(iii) Atenção, *ele* é muito perigoso! (enunciado de alerta proferido pela mãe, quando o filho se prepara para brincar com um determinado cão).

Em (iii), a interpretação do pronome 'ele' não faz intervir um antecedente textual: o pronome pessoal de 3ª pessoa, que prototipicamente funciona como expressão anafórica, pode ser usado como mostrativo situacional.

<sup>13</sup> Em Sperber e Wilson (1986), defende-se uma posição semelhante; os autores propõem uma distinção entre 'forma lógica' e 'forma proposicional': a forma lógica corresponde ao significado da frase, léxico-gramaticalmente determinado; a 'forma proposicional' resulta do enriquecimento da representação semântica linguisticamente codificada, envolve a afectação de valores referenciais a expressões contextualmente dependentes e a resolução de eventuais ambiguidades, e equivale a um conteúdo proposicional explícito e completo. Para os autores, a construção da forma proposicional integra o processo de interpretação dos enunciados e é explicado por processos de natureza pragmática, ancorados no Princípio da Relevância, definido em moldes estritamente cognitivos (cf. Sperber e Wilson, 1986: 118-171).

Importa realçar que a anáfora, ao mobilizar o contexto discursivo no processo interpretativo, abre igualmente uma brecha na delimitação 'territorial' das disciplinas cujas fronteiras temos vindo a questionar. Com efeito, se tradicionalmente a Semântica visa modelizar o "sentence meaning", como se poderão afectar valores referenciais às expressões anafóricas cujo antecedente está fora dos limites da frase em que essas expressões ocorrem? Será que a mera convocação do contexto discursivo é razão suficiente para integrarmos a interpretação das expressões anafóricas no domínio da Pragmática? Parece-me consensual que a anáfora é um fenómeno que opera ao nível do significado denotativo/representativo/referencial, domínio tradicionalmente privilegiado pela Semântica. Se pensarmos que o discurso, para além de ser a unidade básica da interacção verbal, e como tal susceptível de uma caracterização eminentemente pragmático-comunicativa, é também uma unidade dotada de uma estrutura sintáctica e semântica que põe em jogo fenómenos de natureza transfrásica, facilmente concluímos que a anáfora tem de ser contemplada numa teoria semântica que ultrapasse as fronteiras da frase/proposição. E de facto, hoje em dia, o papel do contexto discursivo tem merecido uma atenção crescente por parte de semanticistas que se propõem descrever o processo dinâmico e incremental subjacente à interpretação da linguagem natural. Cada vez mais se impõe a ideia de que "the incremental nature of interpretation is closely connected with a ubiquitous feature of discourse, its semantic cohesiveness. Typically the sentences that make up a coherent piece of discourse are connected by various kinds of cross-reference. (...) to understand what information is added by the next sentence of a discourse to what he has learned already from the sentences preceding it, the interpreter must relate that sentence to the information structure he has already obtained from those preceding sentences" (Kamp e Reyle, 1993:59). Nesta nova perspectiva, a Semântica dinâmica afasta-se da concepção clássica e estática do significado circunscrito ao nível da frase, passando a contemplar o plano discursivo/textual, tendo em conta os contextos parciais de interpretação, vistos como estados de informação prévia construídos pelo

---

discurso anterior.<sup>14</sup> Nestas abordagens, a interpretação é, pois, um processo em contexto, o que questiona de forma radical a tradicional distinção entre Semântica e Pragmática baseada na oposição entre interpretação contextualmente autónoma e interpretação contextualmente condicionada ou dependente.<sup>15</sup>

Surge, então, uma pergunta inevitável: esta abertura da Semântica ao discurso subsume e anula o domínio de investigação da Pragmática? Na minha perspectiva, há um conjunto de fenómenos que não são integráveis nos dados empíricos que uma Semântica dinâmica se propõe descrever e explicar e que legitimam a Pragmática como domínio de investigação autónomo. É sobre esses fenómenos que seguidamente incidirá a minha reflexão.

3. Um dos terrenos cruciais na delimitação de fronteiras entre Semântica e Pragmática prende-se com a questão das inferências. No âmbito da Semântica, as inferências lógico-semânticas, dedutivas e determinadas exclusivamente pelo conteúdo verocondicional das frases ('entailments' ou implicações), sempre ocuparam um lugar central. Tais inferências fazem parte das relações semânticas entre proposições intuitivamente apreendidas pelos falantes, constituindo assim um componente da base empírica da semântica.

A partir da reflexão teórica de Grice (1975), a noção de inferência assume novos contornos e passa a constituir um dos domínios centrais da investigação Pragmática. Como é sabido, Grice distingue claramente entre o dito e o comunicado, ou seja, entre o "sentence meaning" e o "speaker's meaning", e põe em relevo o papel dos cálculos inferenciais no processo de interpretação

---

<sup>14</sup> Referimo-nos concretamente aos trabalhos de Kamp e Ryle (1993), Heim (1989), entre outros. Veja-se também *Langages*, 123, 1996.

<sup>15</sup> Groenendijk, Stokhof e Veitman vão ainda mais longe na sua formulação das interdependências entre contexto e interpretação: "On prend en compte non seulement le fait que l'interprétation *depend* du contexte, mais aussi le fait que le processus d'interprétation *crée* lui-même du contexte. (...) En prenant en compte à la fois la dépendance contextuelle et le changement de contexte, les approches dynamiques pour aborder la signification rejoignent le cercle herméneutique. Ce n'est pas l'observation de l'interdépendance du contexte qui est originale, mais bien plutôt son incorporation au sein d'un cadre de sémantique logique" (1996: 8). Creio que o caso da anáfora associativa, referida na nota 11, pode ser analisado justamente no quadro de uma 'criação' de contexto efectuada pelo próprio processo interpretativo, já que há uma proposição que tem de ser inferida para que se possa estabelecer uma relação de dependência referencial entre o SN anafórico e o antecedente.

Se é verdade que se desenham alguns pontos de convergência entre Semântica e Pragmática, no que toca ao relevo concedido ao contexto no processo de interpretação, não é menos verdade que as soluções para os diversos problemas que a interpretação do discurso- e, nomeadamente, da anáfora- levanta não são consensuais. As teorias semânticas contemporâneas privilegiadas ao longo deste artigo procuram soluções formais que tendem a preservar o princípio da composicionalidade, realçando o papel das constricções gramaticais no processo interpretativo. Já no âmbito das teorias pragmáticas contemporâneas, são invocados princípios de natureza cognitiva ou conversacional para explicar como se

de um qualquer fragmento de linguagem natural: são esses cálculos que permitem ao interlocutor colmatar o fosso tantas vezes existente entre o que o locutor disse e o que ele quis efectivamente comunicar. Para se entender cabalmente o papel da inferência na lógica conversacional griceana, importa evidenciar o travejamento teórico que alicerça o modelo. Grice defende uma concepção racional da comunicação humana, perspectivada em termos de "shared goal-oriented enterprise of speaker and hearer" (Horn, 1996:310), e constrói uma teoria do significado cuja fundamentação epistemológica basilar é a noção de intenção do falante.<sup>16</sup> É precisamente para explicar como se acede à intenção comunicativa do falante que Grice explora a noção de inferência pragmática, designada pelo termo 'implicatura'. O processamento da inferência, por parte do ouvinte, tem como correlato a assunção de que o falante implicou uma determinada informação, que corresponde afinal à sua intenção comunicativa e que pode ser reconstituída. Grice distingue dois tipos de implicaturas, as implicaturas conversacionais e as implicaturas convencionais. As primeiras são inferências calculadas em função do significado linguístico da frase, de um conjunto de assunções específicas sobre a natureza cooperativa da interacção verbal (as máximas conversacionais subsumidas no Princípio da Cooperação, que estipulam de forma genérica a quantidade, qualidade e pertinência da informação a transmitir, bem como o modo de apresentar)<sup>17</sup> e de eventuais assunções contextuais partilhadas pelos falantes; as segundas são inferências que não dependem da dinâmica conversacional nem são determinadas pelo conteúdo verocondicional da frase, mas antes legitimadas pelo significado convencional de um determinado item linguístico presente na frase.<sup>18</sup>

Centrando a atenção nas implicaturas conversacionais, pelo relevo que adquiriram na literatura pragmática post-griceana,<sup>19</sup> diremos que elas são (re)construídas pelo interlocutor com base na assunção de que as máximas estão a ser observadas, mas podem também ser activadas por

---

processa a afectação de um valor referencial específico a uma expressão anafórica (cf. Kempson, 1990; Levinson, 1987).

<sup>16</sup> Para a definição griceana de *meaning-nn* (*non natural meaning*, correspondente à comunicação intencional, ao *querer dizer*), veja-se Grice (1971). Em termos simplificados, a ideia central é a seguinte: o falante A *quer dizer* algo ao enunciar X se (i) A tem a intenção de produzir, graças à enunciação de X, um determinado efeito no interlocutor e (ii) esse efeito resulta do reconhecimento, pelo interlocutor, da intenção de A.

<sup>17</sup> Sobre o Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais, cf. Grice (1975).

<sup>18</sup> O exemplo clássico prende-se com a implicatura desencadeada pelo conector 'mas', que activa um contraste entre conteúdos preposicionais. Cf. Grice, 1975.

<sup>19</sup> Referimo-nos, concretamente, aos trabalhos de Levinson (1983), Horn (1972), (1989) e Gazdar (1979), e também à Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986).

uma derrogação intencional e aberta dessas máximas<sup>20</sup>. Contrariamente às implicações lógico-semânticas, as implicaturas conversacionais são canceláveis, embora não destacáveis.<sup>21</sup> Grice distingue ainda, no conjunto das implicaturas conversacionais, dois sub-tipos: as implicaturas conversacionais generalizadas, que constituem a base daquilo a que Levinson chamou "utterance-type meaning" (1995) e que se caracterizam pelo facto de serem absolutamente preditíveis e induzidas em qualquer contexto de interacção, funcionando como um nível adicional de informação comunicada pelo falante<sup>22</sup>, e as implicaturas conversacionais particulares, cuja activação depende da especificidade dos contextos de interacção e que correspondem ao que o falante quis de facto dizer.<sup>23</sup> Tanto as implicaturas generalizadas (ou implicaturas standard, na terminologia de Levinson (1983)), como as particulares são inferências cuja caracterização envolve uma teoria do uso da linguagem, isto é, que só podem ser calculadas se se admitir que há princípios reguladores da interacção verbal responsáveis pelo processamento de informação linguisticamente não explicitada. No caso das implicaturas particulares, é mais acentuado o carácter contingente da inferência: o interlocutor constrói uma hipótese ad hoc acerca da intenção comunicativa do falante, hipótese supostamente controlada pela lógica conversacional e pela mobilização de assunções contextuais de tipo diverso, no qual se inclui conhecimento de *background* compartilhado. O processo de interpretação parece nestes casos assimilável a uma tarefa de resolução de problemas, sendo activados processos cognitivos não necessariamente de natureza dedutiva, que comportam

---

<sup>20</sup> Os usos indirectos e não-literais da linguagem podem ser analisado num quadro teórico griceano. É ainda a crença de que o locutor respeita o Princípio de Cooperação que leva o interlocutor a considerar que uma determinada máxima foi infringida ao nível do dito, mas respeitada ao nível do comunicado, o que o conduz a reconstituir aquilo que foi conversacionalmente implicado.

<sup>21</sup> Veja-se um exemplo simples: se o falante disser (i) 'A Ana tem dois filhos', a implicatura conversacional, gerada pela assunção de que a máxima da quantidade está a ser respeitada, é a seguinte proposição 'A Ana só tem dois filhos'. Mas esta inferência pode ser cancelada, bastando para isso que o falante acrescente ao seu discurso informação adicional, inconsistente com a inferência activada. É o que acontece na sequência discursiva 'A Ana tem dois filhos, talvez até três/se é que não tem mais'. A propriedade da não-destacabilidade prende-se com o facto de expressões com o mesmo significado linguístico, ou seja, com o mesmo conteúdo literal, gerarem as mesmas implicaturas. Retomando o exemplo dado, o enunciado (i) poderia ser substituído por (ii) A Ana é mãe de duas crianças, mantendo-se a implicatura. Nestes exemplos, a implicatura é calculada a partir da assunção de que o falante está a observar a máxima da quantidade. Para uma visão crítica desta propriedade da não-destacabilidade das implicaturas, veja-se Levinson (1983).

<sup>22</sup> As implicaturas escalares regulares estudadas por Gazdar (1979) e Horn (1972, 1973) são um bom exemplo deste tipo de inferências. Nestes casos, a implicatura introduz níveis adicionais de significação.

<sup>23</sup> Para ilustrar este tipo de inferência, veja-se o elucidativo exemplo adaptado de Grice: (i) O João tem uma óptima caligrafia e nunca faltou às aulas (numa carta de recomendação para uma vaga de filosofia). O autor da carta de recomendação implicou conversacionalmente que o João não é um bom filósofo. É a derrogação da máxima da relevância que activa o cálculo da implicatura: o interlocutor reconstrói a proposição implicada que permite repor a racionalidade do acto comunicativo, assente no Princípio da Cooperação. implicatura. Veja-se Lopes e Santos (1993) e bibliografia aí citada.

sempre uma margem de risco.

Podemos, então, dizer que o cálculo das implicaturas integra o processo de interpretação do enunciado/discurso produzido; assim, a compreensão da linguagem verbal não é redutível à mera descodificação do material verbal, que apenas envolve a competência léxico-gramatical dos falantes. Numa outra formulação, diremos que a significação globalmente transmitida por um enunciado não se esgota na mera computação composicional do significado das formas linguísticas que o integram. O processamento das inferências pragmáticas, como atrás se assinalou, activa muitas vezes assunções de background, que configuram o contexto partilhado pelos interlocutores, e envolve frequentemente a construção criativa de hipóteses interpretativas. Na opinião de vários autores, opinião que partilhamos, o domínio por excelência da investigação pragmática é justamente o domínio da significação não explícita, calculada em função de processos inferenciais não-lógicos: "non-demonstrative inference, as spontaneously performed by humans, might be less a logical process than a form of suitably constrained guesswork. If so, it should be seen as successful or unsuccessful, efficient or inefficient, rather than as logically valid or invalid"(Sperber e Wilson, 1986:69). Parece, pois, possível, manter uma fronteira entre Semântica e Pragmática, sendo este último domínio responsável pela descrição/explicação dos processos que permitem aceder à significação comunicada de forma implícita ou indirecta.. O campo das implicaturas conversacionais particulares, cujo cálculo parece assimilável a um processo de formulação de hipóteses interpretativas probabilísticas, oferece-se *como* uma área fértil de pesquisa, onde porventura interferem mecanismos cognitivos de tipo abdução mobilizados por princípios conversacionais e objectivos interaccionais.<sup>24</sup>

Acontece, porém, que também na área da Semântica se tem vindo a assistir a um incremento do interesse por processos inferenciais não redutíveis aos esquemas dedutivos clássicos da lógica proposicional. Com efeito, o tratamento de subáreas específicas no campo da referência nominal e temporo-aspectual (pensamos, concretamente, na questão da genericidade), bem como a descrição do valor semântico de construções condicionais genéricas, vieram pôr em relevo o papel das

---

<sup>24</sup> A Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986), que propõe uma explicação inferencial, de base cognitiva, da comunicação humana, constitui, a nosso ver, uma teoria que visa enquadrar as implicaturas particulares construídas no processo interpretativo dos enunciados. No entanto, reconhecendo embora o papel da formação de hipóteses criativas neste processo, os autores não lhe conferem papel central, na medida em que propõem um sistema dedutivo formal que controla o cálculo da implicatura.

inferências não monótonas (baseadas no 'raciocínio por defeito) na caracterização semântica de certas estruturas linguísticas<sup>25</sup>. Entende-se por inferência não monótona a inferência que, deduzida de um dado conjunto de premissas, pode deixar de ser válida se se adicionar informação a essas premissas. Dito de outro modo, a inferência só é válida na ausência de informação excepcional. A título de exemplo, face aos enunciados (i) e (ii), inferimos por defeito (iii):

- (i) Os trasmontanos são reservados.
- (ii) (ii) O João é trasmontano.
- (iii) (iii) O João é reservado.

No entanto, se ao enunciado (ii) acrescentarmos a informação 'mas é muito extrovertido', a inferência registada em (iii) é automaticamente anulada.

Ora, se reobservarmos atentamente o exemplo aduzido na nota (23), e que aqui reproduzimos em (i v), verificamos que a implicatura calculada (iv') é basicamente numa inferência por defeito:

- (iv) A Ana tem dois filhos.
- (v) (iv') A Ana só tem dois filhos.

Com efeito, se adicionarmos uma premissa suplementar como a que ocorre em (v), a implicatura é automaticamente cancelada:

- (v) A Ana tem dois filhos, ou talvez até três.

Surge, então, uma pergunta, que deixo em aberto: qual a relação entre inferência não-monótona e inferência pragmática? Haverá alguma diferença substancial, uma descontinuidade, entre a inferência não monótona e as inferências pragmáticas que configuram implicaturas conversacionais generalizadas? Uma outra pergunta que deixamos igualmente em aberto é a seguinte: no caso do cálculo das implicaturas conversacionais particulares, que tipo de processo cognitivo entra em jogo? Será por abdução que se forma a hipótese criativa que, adicionada à proposição expressa, conduz à conclusão correspondente ao *speaker's meaning*.

---

<sup>25</sup> Veja-se Lopes e Santos (1993) e bibliografia aí citada.

4. O último domínio problemático que pretendo abordar prende-se com os fenómenos que relevam da força ilocutória dos enunciados ou, de modo mais genérico, da dimensão accional da linguagem verbal. Trata-se, como é sabido, de uma área que germinou no campo da filosofia da linguagem, com a reflexão seminal de Wittgenstein em torno dos jogos de linguagem, entendidos como práticas sociais, e que veio a estruturar-se numa, teoria de actos discursivos graças, fundamentalmente, às propostas de Austin (1962) sobre a performatividade inerente ao uso das línguas, subseqüentemente aprofundadas e sistematizadas por Searle (1969). Na sua formulação clássica, esta teoria não ultrapassa as fronteiras da frase, suporte linguístico básico dos actos ilocutórios, o que aliás se compreende e justifica na medida em que o que está em jogo é a definição das regras constitutivas de cada tipo de acto. A ideia central da teoria dos actos discursivos (*speech acts*) é a de que a actividade linguística é um tipo de comportamento intencional governado por regras. Assim, a enunciação de uma frase constitui sempre a realização de um acto por parte do falante, graças à força ilocutória convencionalmente associada ao enunciado produzido. Para além de um conteúdo proposicional, um enunciado comporta sempre uma força ilocutória, convencionalmente associada a determinados marcadores linguísticos, nomeadamente os tipos de frase, os modos verbais, as curvas entoacionais e os verbos performativos. Trata-se, pois, de uma teoria da significação linguística entendida ou perspectivada como parte de uma teoria geral da acção humana. A dimensão ilocutória, sendo um aspecto crucial da significação linguística, é irreduzível a uma análise semântica verocondicional. Os actos ilocutórios são descritos em termos de condições de felicidade, que são especificações das condições de uso adequadas. A formulação das condições de felicidade para cada tipo de acto ilocutório corresponde à explicitação das suas regras constitutivas.

Tal como Grice, também Searle considera que há uma íntima relação entre intenção e *meaning* (querer dizer): compreender o que o falante quis dizer implica reconhecer que o falante teve a intenção de produzir um determinado efeito no interlocutor. Mas Searle acentua que há regras convencionais que vinculam as expressões linguísticas utilizadas à produção de determinados efeitos: "Na realização de um acto ilocutório, o falante pretende produzir um certo efeito, levando o ouvinte a reconhecer a sua intenção de produzir esse efeito e, além disso, (...) pretende que esse reconhecimento se efective em virtude de as regras para empregar as expressões que ele profere associarem as expressões com a produção desse efeito" (Searle, 1983:73).

O estudo dos actos ilocutórios e dos seus suportes linguísticos é habitualmente contemplado na Pragmática, o que se compreende se pensarmos que a dimensão accional da significação não é captável por uma teoria semântica referencial. Identificar o acto ilocutório realizado na e pela enunciação de uma frase X equivale a responder à pergunta 'O que é que o falante quis dizer/fazer com X?'

Na sequência do trabalho de Austin e Searle, parece-me que é possível apontar (pelo menos)

duas linhas divergentes de reflexão em torno da dimensão ilocutória da significação.<sup>26</sup> Uma delas propõe-se unificar parcialmente a teoria dos *speech acts* com a semântica verocondicional clássica, pela construção de uma semântica formal capaz de conectar e caracterizar as condições de verdade e as condições de sucesso de enunciados (*utterances*) literais. Referimo-nos ao trabalho de Vanderveken (1990), norteado pela seguinte hipótese central: "it is part of the meaning of every sentence that its literal utterance in appropriate contexts of use, constitutes the performance by the speaker of certain illocutionary acts" (1990:8).<sup>27</sup> A outra propõe-se estender e reelaborar a teoria clássica dos actos discursivos através do estudo empírico dos usos da linguagem. Nas interações conversacionais autênticas, das mais espontâneas e informais às mais ritualizadas e submetidas a restrições institucionais, os actos discursivos articulam-se sequencialmente, sendo a sua função comunicativa específica condicionada pelo lugar que ocupam na sequência (uma frase declarativa é o suporte por excelência de um acto ilocutório assertivo ou representativo; no entanto, a sua ocorrência num par adjacente iniciado por uma pergunta confere-lhe automaticamente o estatuto de 'resposta'). É também na articulação sequencial/interactiva que se desenham processos de mitigação ou reforço dos actos discursivos, enquadráveis pelo princípio de cortesia e pela teoria de gestão adequada das faces<sup>28</sup>. Por outro lado, a consideração do *speech event* e dos papéis sociais que nele desempenham os interlocutores podem exercer fortes restrições na distribuição dos turnos de fala e condicionar significativamente a realização de determinado tipo de actos discursivos (pense-se, por exemplo, no contexto pedagógico, fortemente assimétrico, onde a efectivação de actos directivos de ordem está praticamente vedada aos alunos).

São diversos os trabalhos produzidos nesta linha de investigação; correndo porventura o

---

<sup>26</sup> Embora consciente de que os importantes trabalhos de Ducrot se inscrevem numa orientação que é tributária da teoria clássica dos actos discursivos, parece-me que se trata de uma construção teórica que a reelabora profundamente e que mereceria, por si só, um destaque incompatível com as limitações deste texto.

<sup>27</sup> Nesta perspectiva, a força ilocutória entra na caracterização recursiva do valor semântico das frases. Veja-se o exemplo seguinte:

- (i) Por favor, come uma maçã ou uma pera!
- (ii) Por favor, come uma maçã!

A frase (i) expressa uma injunção disjuntiva e implica a frase (ii). Trata-se de uma relação de implicação ilocutória, similar às relações de implicação semântica.<sup>28</sup> Cf. Brown e Levinson (1987).

<sup>28</sup> Cf. Roulet *et alii* (1985), Sinclair & Coulthard (1975), Sacks *et alii* (1978).

risco de reduzir, por um excesso de síntese, a relevância contemporânea da pesquisa sobre as regras que presidem à combinatória dos actos discursivos, assinalaremos, como pontos de referência que nos parecem consistentes, a Escola de Genève, a Escola de Birmingham, o trabalho dos conversacionalistas norte-americanos.<sup>29</sup>

Verifica-se, pois, que também neste domínio há tensões contraditórias: por um lado, uma tentativa de alargamento da Semântica, com a incorporação num quadro unificado e formal das dimensões referencial e accionai da significação, no âmbito restrito da frase enunciada em contexto zero; por outro, a afirmação irredutível de domínio autónomo de investigação, vinculado a um paradigma sociocomunicativo no qual o estudo da linguagem é sempre, necessariamente, o estudo do discurso enquanto instrumento de interacção social.

5. No prototípico espaço de uma conclusão, apenas algumas considerações finais sem carácter definitivo. Se elegermos como objecto de investigação o discurso, verificamos- e cremos que o que se segue é hoje consensual na comunidade linguística - que a sua interpretação mobiliza diferentes e heterogéneos domínios de análise no plano da significação, o que parece apontar para a produtividade de uma interface semântica-pragmática. Na mesma linha argumentativa, diríamos que a análise do discurso convoca uma abordagem integrada, susceptível de contemplar e articular as diferentes dimensões da significação, explícita e implícita, referencial, interpessoal e textual.

Dada a progressiva incursão da Semântica em territórios transfrásicos e enunciativos, as fronteiras entre as duas áreas de investigação interrogadas neste trabalho aparecem hoje como mais fluidas e difíceis de delimitar. Resta-nos uma atitude aberta de receptividade crítica às distintas, e por vezes concorrenciais, teorias disponíveis.

A linguagem verbal é um fenómeno complexo, e em função do ponto de vista adoptado e dos objectivos da investigação, constróem-se objectos de conhecimento que implicam sempre a consideração parcelar do objecto empírico. É consabido que correlações e interacções que são irrelevantes numa determinada investigação podem ser abstraídas como objecto de estudo numa outra linha de investigação. O confronto entre Semântica e Pragmática parece demonstrar claramente que distintos pontos de vista sobre a natureza da linguagem verbal e distintos objectivos de investigação originam delimitações "territoriais" cuja tensão é real. A valorização da

arquitetura da língua natural, perspectivada como sistema discreto e combinatório, desemboca numa engenharia da linguagem com implicações ao nível do processamento automático/computacional; a vinculação da linguagem às condições sociais do seu uso abre outras vias de conhecimento, que inegavelmente iluminam aspectos relevantes da actividade linguística.

Há, porém, uma evidência incontornável: qualquer teoria que vise integrar os diferentes níveis por que se reparte a significação terá de se confrontar com a incontornável dependência contextual da interpretação da linguagem natural.

### **Bibliografia**

- Austin, J.L. (1962), *How to do things with words*, Oxford, Clarendon Press.
- Brown, P. e Levinson, S. (1987), *Politeness: some universals in language use*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Chierchia, G. e McConnell-Ginet (1990), *Meaning and grammar*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press.
- Davis, S. (ed.) (1991), *Pragmatics. A reader*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- Fodor, J. (1983), *Modularity of mind*, Cambridge/Massachusetts, The MIT Press.
- Gazdar, G. (1979), *Pragmatics, implicature, presupposition, and logical form*, New York, Academic Press.
- Grice, H.P. (1971), "Meaning", in Steinberg e Jakobovits (eds), *Semantics: an interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, 53-59.
- Grice, H. P. (1975), "Logic and conversation", in Cole e Morgan (eds), *Syntax and Semantics*, 3, New York, Academic Press, 41-58.
- Groenendijk, J., Stokhof, M. e Veltman, F. (1996), "Changez le contexte!", *Langages*, 123, 8-29.
- Halliday, M.A.K. (1970), "Language structure and language functions", in J. Lyons (ed.), *New horizons in Linguistics*, Harmondsworth, Penguin Books, 140-165.
- Heim, I.(1989), *The semantics of definite and indefinite noun phrases*, New York, Garland.

- Horn, L.R. (1984), "Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicature", in D. Schiffrin (ed.), *Meaning, form and use in context: linguistic applications*, Washington, Georgetown University Press, 11-42.
- Kamp, H. e Reyle, U. (1993), *From discourse to logic*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- Kempson, R. (1975), *Presupposition and the delimitation of semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kempson, R. (1977), *Semantic theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kempson, R. (1990), "Anaphora: an unitary account", in *Workshop sobre anáfora*, Ofir, APL, 1-36.
- Kleiber, G. e J.-E.Tyvaert (eds.) (1990), *Unaphore et sés domaines*, Paris, Klincksieck.
- Kleiber, G. (1994), *Anaphores et pronoms*, Duculot, Louvain-la-Neuve.
- Lappin, S. (ed.) (1996), *The handbook of contemporary semantic theory*, London, Blackwell.
- Leech, G. N. (1983), *Principles of pragmatics*, London, Longman.
- Levinson, S. (1983), *Pragmatics*, Cambridge, CUP.
- Levinson, S. (1987), "Pragmatics and the grammar of anaphora: a partial pragmatic reduction of Binding and Control phenomena", *Journal of Linguistics*, 23, 379-434.
- Lewis, D. (1972), "General semantics", in Davidson e Harman (eds.), *Semantics of natural language*, Dordrecht, Reidel, 169-218.
- Lopes, A. C. M. e Santos, P. (1993), A condicionalidade das frases genéricas, *Cadernos de Semântica*, 17, Faculdade de Letras de Lisboa.
- Lyons, J. (1977), *Semantics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Partee, B. (1984), "Nominal and temporal anaphora", *Linguistics and philosophy*, 7, 243-286.
- Reinhart, T. (1983), *Anaphora and semantic interpretation*, London, Croom Helm.
- Roulet, E. et alii (1985), *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne, Peter Lang.

Sacks, H., Schegloff, E. A. e Jefferson, G. (1978), "A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation", in J. Schenkein (ed), *Studies in the organization of conversational interaction*, New York, Academia Press.

Searle, J. (1969), *Speech acts*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sperber, D. e Wilson, D. (1986), *Relevance: communication and cognition*, Oxford, Blackwell.

Sinclair, J. M. e Coulthard, R. M. (1975), *Towards an analysis of discourse*, Oxford, Oxford University Press.

Vanderveken, D. (1990), *Meaning and speech acts, 1*, Cambridge, CUP.